

## FACTORES DE COESÃO E DISSOCIAÇÃO DA NAÇÃO PORTUGUESA\*

Adriano Moreira

1 — Há anos, mas com especial acuidade nos últimos anos, avultam as preocupações sobre a definição e hierarquia de vectores internacionais que implicam com a identidade e futuros possíveis da nação portuguesa. Os principais, tanto quanto pode avaliar-se pelas notícias, comentários e debates, parecem ser os seguintes: o *atlantismo*, que abrange a questão de encontrar uma nova forma que consinta a manutenção de uma atitude secular, profundamente marcada na maneira portuguesa de estar no mundo; o *européismo*, que é simultaneamente um desafio militar, político e económico, determinado pelo sistema vigente das articulações das potências, para o qual muitos esforços conjugados procuram obter uma resposta satisfatória que desejaríamos positiva, mas que tem encontrado dificuldades que resultam da natureza plural do desafio, o qual, para a Europa, não é apenas económico; o *iberismo*, que no seu conteúdo político secular, o qual não deve confundir-se com questões culturais, ou de circulação de pessoas, idéias e mercadorias, sempre foi considerado incompatível com a opção pela viabilidade independente do País. A questão do iberismo é especialmente nossa, mas, a relação entre o europeísmo e o atlantismo é geral, pelo menos para os países que por vezes se chamam da Europa da frente marítima, e provocou um debate que, a partir de 1945, não encontrou nunca uma resposta pacífica nem tendeu para a simplificação.<sup>1</sup>

A questão dos euromísseis, agora tão acesa e carregada de perigos e ameaças, é um dos pontos críticos dessa querela difícil em que a prudência é obrigada

---

\* Lição proferida no Instituto de Altos Estudos Militares — 1983. Respeitada a ortografia portuguesa.

a mostrar freqüentemente a cor do medo. Não parece despropositado lembrar, a tal propósito, a contribuição de um grande europeu, morto há pouco tempo, que foi Raymond Aron.

Quando a distância permitir situá-lo na lista dos poucos homens cuja obra sobrevive à época em que viveram, talvez uma das razões esteja em ter sido um cronista do fim do euro-mundo.

Não desaparecerá da história das ciências sociais, e ficará sempre como uma referência indispensável para entender a autonomia da ciência política, e particularmente das relações internacionais como disciplina academicamente reconhecida. Mas estas inestimáveis contribuições, com o andar dos tempos, são remetidas para saber dos especialistas, e deixam de estar presentes nos debates gerais das idéias. Para além disso, o que sobrevive e interessa às gerações sucessivas, é a capacidade de testemunhar validamente sobre a sua época, a partir do mais fecundo dos métodos, que é o da participação. Não falou dos acontecimentos instalados à margem da corrente, lavando eventualmente as mãos na água que passa, ou sacudindo o pé das sandálias. Mergulhou nas águas para saber da sua força, e quis conhecer o gosto da terra que pisava.

Como se fosse um novo Erasmo, a curiosidade permanentemente insatisfeita obrigava-o a reconstituir os textos das mensagens velhas, a correr da filosofia à economia, a debruçar-se sobre a estratégia, a confrontar a história, a recorrer à futurologia. Não manifestava nem ódio nem paixão, procurava compreender serenamente e transmitir com simplicidade as conclusões de cada exame, sem hesitar em corrigir hoje o que dissera ontem. Sempre por devoção ao objectivo de encontrar a verdade, o que transforma a descoberta de um engano em alegria que tem de ser partilhada, e exclui toda a angústia da contradição.

Vivendo num período em que os conflitos ideológicos só encontram talvez antecedente nas guerras de religião, atreveu-se a imaginar a apaziguamento das sociedades industriais, o que não correspondia aos factos, mas testemunhava uma perspectiva a que se manteve cientificamente fiel, e que era a de não confundir a análise com a apologética. Esse ópio dos intelectuais não fazia parte da sua maneira de encarar a realidade com um idealismo céptico, que não renunciava a uma concepção ocidental da vida, mas não escondia com ela os desvios dos ocidentais.

Ensina que "o falso idealismo das abstracções inaplicáveis, o falso realismo que leva a sacrificar os interesses permanentes a combinações aparentemente astutas, provêm, um e outro, da mesma fonte: o erro intelectual, erro de circunstâncias, que consiste em desconhecer a natureza exacta das situações, o verdadeiro carácter dos inimigos e aliados; o erro de princípio, que consiste em esquecer normas eternas, por exemplo, a subordinação da estratégia à política, ou as constantes históricas, por exemplo, a incompatibilidade à distância entre um sistema de Estados independentes e as guerras totais, o vínculo entre a capitulação incondicional e a vontade de estabelecer ou restabelecer um Estado comum para vencedores e vencidos".<sup>2</sup>

Aceitava como um facto que a diversidade de concepções das relações internacionais tornava os pactos frágeis, e por isso não entendia possível subordinar o conflito, entre soviéticos e ocidentais, a um padrão seguro: "a própria

filosofia da guerra permanente entre os países comunistas e os países capitalistas leva-os umas vezes a tratar com o inimigo, e outras não”.

Debruçado uma vida inteira sobre a descoberta dos meios de preservar a paz nestas circunstâncias, ensinava todavia que apenas no demônio da guerra encontrava o critério autonomizador das relações internacionais. E pôs-se a estudar Clausewitz com minúcias de escolástico, pesando cada palavra e o equivalente da sua tradução, indagando nele as raízes da guerra total e da guerra popular, adaptando a doutrina aos progressos tecnológicos. Por isso levou o ensino do facto atômico para a Universidade, antes de qualquer outro, porque foi o primeiro a ensinar que a domesticação da energia atômica mudava a natureza do teatro da guerra e a maneira de a executar, alertando para a passagem da arte do combate de uma economia de meios para uma economia de desperdício, em que o desperdício final poderia ser a destruição da Humanidade.

Testemunha participante da transformação da Europa num centro vazio de poder, optava pela construção de um espaço atlântico que renovasse os alicerces da civilização ocidental, e que impedisse os factores desagregadores da sua vontade de poder e de identidade, os quais catalogava criticamente sem nenhuma omissão, de concorrerem num apagamento final. Na campanha anti-soviética que assumia, também identificava um inferno, mas o seu inferno era o erro que a razão não podia desistir de superar, admitindo sempre que a derrota também era uma possibilidade. O método era por isso uma inquietação<sup>4</sup> permanente da sua pedagogia, e desfiava análises das famílias de pensamento, apurava conceitos, adiantava perspectivas, semeava dúvidas, parecia às vezes convicto de que a tomada de consciência da ignorância também era uma defesa da paz. Tão fragilmente defendida, tão sempre à mercê do erro, que não pôde deixar de gastar grande parte da sua energia e capacidade vitais no estudo da guerra e da paz entre as nações, como quem ama a virtude e sabe que tropeçará inevitavelmente no pecado.

Pertenceu à geração que, em 1939, tinha uma certa idéia da França, como disse De Gaulle sem ter sentido a necessidade de acrescentar mais explicações. Não gastaram todos a vida pelos mesmos caminhos, mas aparentemente todos sabiam aquilo que pretendiam fazer sobreviver. No último artigo que publicou lá estava a angústia sobre a questão de saber se o erro não estaria insinuado nos destinos da França. Com uma espécie de tristeza lúcida transformava cada mau passo em património da experiência, e recomeçava a busca de uma abertura razoável no sentido de transformar a vida dos combates, na vida conversada dos clássicos. Uma tarefa que, em relação aos portugueses que viveram a mesma época, não pode ser nem mais urgente nem mais angustiante.

2 — Tal como acontece com outros Estados europeus, sobretudo depois da redistribuição do poder político efectuada a seguir ao que equivocadamente se chamou a paz de 1945, Portugal é o centro de uma área cultural específica em que existem novas soberanias, com um traço dominante que é a mesma língua.

A desmobilização dos impérios de sede europeia foi geral, teve muito que ver com a transferência dos centros mundiais dominantes para novas superpotências, e alguma coisa, mas não tanto quanto freqüentemente se pretende, com princípios que foram especificados na Carta da ONU sobre a autodeterminação

dos povos. Existem vastas zonas do globo onde o princípio não teve assomos de aplicação, nem os terá enquanto o quadro do poder for internacionalmente aquele que está em vigor, muito concretamente as áreas de influência ou reserva da URSS ou dos EUA. <sup>3</sup>

A validade do princípio da autodeterminação é a mesma de todos os outros princípios que estão na Carta da ONU, ou na declaração de direitos que esta proclamou, mas não parece difícil aceitar, mesmo com amargura, que toda a filosofia do documento é animada pela superioridade da paz e da segurança em relação à justiça internacional. Não se trata da mesma coisa, ou de uma hierarquia coerente de valores, porque não faltam casos gritantes a demonstrarem que a paz apenas será mantida se as injustiças vigentes forem aceites como interesses adquiridos dos mais fortes.

E porque é uma evidência reconhecida que colocar a justiça internacional acima da paz e da segurança pode desencadear um processo de aniquilação mundial sem retorno, grande parte da actividade diplomática da nossa época anda a consumir-se em tentar cobrir os factos consumados com princípios, como é evidente de todo o articulado da acta da Conferência de Helsínquia. Clamar pelo respeito das fronteiras é justo, mas na circunstância sobre a divisão artificial de países como acontece com a Alemanha; proclamar o princípio da resolução pacífica dos conflitos é justo, mas em cada época assegura a tranquilidade dos intransigentes; não recorrer à ameaça ou ao emprego da força é justo, mas não impede a corrida armamentista que implanta o temor reverencioso e o medo.

É por isso que se multiplicam as conferências sobre a limitação quantitativa e qualitativa dos armamentos, uma actividade que deve ser estimulada e da qual não pode prescindir-se nem interromper o diálogo necessário, mas sem perder de vista que se está a falar da maneira de fazer a guerra, e não necessariamente da paz e da segurança mundiais pelo direito. Deste ideal estamos longe, parece mesmo incompatível com a estrutura dogmática de algumas das concepções estaduais em conflito, e às pequenas potências, como nos acontece, não é útil ignorar que a física do poder tem maior importância na vida internacional do que os princípios que todos proclamam, mas que os fortes interpretam com grande liberdade e proveito possível.

A questão, que é de sempre, traduz-se pois em saber qual a medida de autodeterminação guardada pelos países que proclamam a existência de uma lei internacional igual para todos, mas sabem que existe uma hierarquia de poder que implica que não são todos iguais perante essa lei. Não se trata da autodeterminação que diz respeito à afirmação da personalidade internacional e da independência juridicamente reconhecidas, porque nesse domínio trata-se mais da imagem do que da realidade das coisas. A indiscutível personalidade internacional da Ucrânia e da Bielorrússia membros de pleno direito da ONU e de outras organizações internacionais, não tem qualquer coincidência com a sua autodeterminação nas relações internas e internacionais, que deve ser medida em função do comportamento que lhe é consentido, e não em função daquilo que rezam as normas do direito internacional.

Poderiam ainda aqui, os puristas dos conceitos, encontrar uma nova forma, não inédita, de personalidade internacional menor como acontece com os Estados chamados exíguos, Andorra, São Marino e Lienchenstein, visto que am-

bos são membros de uma federação. Mas o dramático caso do Líbano, outrora uma república próspera e modelo de convivência plural de etnias e crenças, faz, pela chamada demonstração dos factos, a exemplificação do desencontro entre a imagem jurídica e a realidade política, porque a autonomia não é nenhuma, os protectores que se oferecem são vários, o processo interno de decisão está realmente suspenso, e o território identifica-se mais como um campo de batalha dos outros do que como a sede de um País e de um povo.

Não é porém necessário que a demonstração pelos factos da guerra torne incontestável a situação passiva do Estado em face da urgência maior que tem por finalidade enfrentar, e que é a defesa militar. A situação estratégica mundial, caracterizada por dois globalismos em confrontação permanente, liderados ambos por Estados em movimento, isto é, que não se definem como possuindo fronteiras definitivas, físicas, económicas, ideológicas e militares, obriga muitos Estados a considerar que a sua medida de autodeterminação não é a mesma das grandes potências, e fica mesquinha em relação às superpotências.<sup>4</sup>

Pode esta conclusão ser dificultada pelo peso de uma herança histórica de passada função internacional, que faça funcionar mitos emocionais, e apreciável número das chamadas grandes democracias ocidentais, de sede europeia, as quais consumiram as suas capacidades nas guerras mundiais, dão por vezes mostras de não estarem livres desse complexo. Algumas atitudes mais desabridas do gaulismo parecem susceptíveis dessa explicação, mas, por outro lado, uma das faces do pacifismo europeu, que se passeia pelas grandes cidades, corresponde ao reconhecimento da falta de autonomia estratégica da região, e totaliza as incapacidades individuais dos seus Estados.

Nem todo esse movimento, posto na primeira linha da actualidade pela questão dos euromísseis, é expressão de uma estratégia indirecta do Pacto de Varsóvia, embora esta seja importante, indiscutível, e descoberta. Mas também actua, somando os que assim pensam ao total indiscriminado dos manifestantes, a consciência da autodeterminação diminuída, a ciência de que não existem recursos coordenáveis que possam levar a construir rapidamente uma autonomia estratégica regional europeia, a previsão de que, entre os futuros possíveis, está o de a terra europeia ser apenas o campo de batalha ou a moeda de troca que entra nas perspectivas do conflito central ameaçador entre as superpotências.

A existência deste conflito central, correspondente a dois mundialismos ou globalismos contraditórios e de coexistência pacífica problemática, obriga a considerar que uma teoria larga de Estados, e indiscutivelmente os europeus, estão no caminho da agressão que não tencionam provocar, que terá uma fonte alheia aos seus interesses imediatos e futuros, e que os obrigará, mesmo não sendo parte, a participar, ao menos passivamente, fornecendo o lugar e as vítimas do eventual conflito.

Não havendo dúvidas sobre que o seu real interesse é a paz pelo direito, e que sobre ela podem exercer a capacidade da pregação e dos bons ofícios, a prudência dos estadistas é compelida a examinar as alternativas mais úteis para enfrentar a geopolítica do desastre em que vivemos. A porta tradicional da neutralidade, que alguns logo recordam sem necessidade de muita imaginação criadora, e que países como a Suécia, a Suíça e a Áustria ainda consagram como ati-

tude própria, é uma das fórmulas que não tem resistido à demonstração dos factos, e a que os factos do presente não conferem credibilidade.

Os conflitos param nas fronteiras por decisão baseada nas conveniências do agressor, e não porque o estatuto jurídico da vítima o faz parar. O Laos, outrora uma terra pacífica de pobres agricultores, que não ameaçavam ninguém e lutavam com dignidade contra o subdesenvolvimento, é apenas um dos exemplos recentes e dramáticos em face da marcha imperialista do Vietnam. Não é neutral quem o deseja, apenas é neutral quem pode, e as circunstâncias não permitem distinguir com facilidade pequenas potências com autodeterminação nesse domínio.

Não é de excluir que a neutralidade, perante um conflito concreto, ainda seja um abrigo temporal à mercê da força da tempestade que outros provoquem, mas não é das pequenas guerras marginais que se trata, é do conflito maior que elas permanentemente deixam entrever.

A congregação infeliz destes factos obriga a uma escolha, sempre contestável porque as escalas de valores são tão variáveis como os interesses, a um inventário dos recursos próprios para que a participação consentida não seja um simples protectorado, e antes de tudo à manutenção de uma decisão e credibilidade nacionais que sirvam de suporte às decisões dos órgãos soberanos, valores que a estratégia indirecta procura substituir pela dissolução da vontade de participar, pelo entreguismo ao mais agressivo sem curar do projecto de vida que acompanha a força, pela erosão do próprio sentimento da identidade nacional.<sup>5</sup>

3 — Existem preocupações sobre a questão de saber se a identidade portuguesa não está a ser pelo menos atacada, ou já vítima de alguma erosão, num momento em que os factores exógenos, que não podemos dominar ou modificar, parecem conjugar-se com a probabilidade de alteração qualitativa da crise interna portuguesa. Esta foi inicialmente política, como é da natureza das revoluções, manteve este carácter ao mesmo tempo que se desenvolvia no sentido de uma crise económica e financeira, e atingiu nesta direcção um ponto agudo que deixa antever um prolongamento em crise social. Uma crise social em que todos os conflitos de interesses, entre as gerações, entre a cidade e o campo, entre as regiões, entre os estratos sociais, entre os indivíduos e o grupo, tendem para sobrepor-se a um esquecido bem comum até semanticamente excomungado, instalando um clima que paralisa a moral de responsabilidade, abre caminho à corrupção, ao carreirismo, àquela apagada e vil tristeza que no tempo do Poeta aceitou a própria demissão da viabilidade independente.

As sondagens que foram publicadas sobre o problema do iberismo, além de mostrarem que a sensibilidade profissional dos observadores responsáveis por elas detectou um problema a exigir observação e estudo, e certamente por isso as efectuaram, também mostraram que as reacções foram mais amenas do que seriam quando determinadas por um inequívoco sentimento de identidade, e de inequívoca determinação no sentido de assegurar a liberdade que se chama independência no nosso tempo.

Não ajuda à clarificação dos factos e da conjuntura, elaborar sobre os aspectos culturais, o intercâmbio no domínio das idéias e da economia, as ne-

cessidades eventuais da defesa, quando a questão do iberismo se exprime num conceito histórico claro que diz respeito à independência política, e esta é a pergunta feita e a ela não correspondem muitas das respostas dadas. Interessam menos pelo seu conteúdo, sempre susceptível de mais explicações e especificações laboriosas, do que pelo seu significado global que se traduz em que a dúvida está semeada, foi identificada como um facto e tem a natureza de um sintoma de que a erosão existe.

O significado ainda é mais importante considerando que não resulta da acção de vizinhos, ao menos pública e conhecida, mas nasce na debilidade das nossas estruturas, como saída vislumbrada possível entre as alternativas que se indagam para retomar a vitalidade colectiva que se reconhece em processo de degradação. A solidariedade e interdependência, que são as características da conjuntura mundial, exigem novas formas de cooperação e de comportamento recíproco das soberanias, mas cada uma de acordo com a personalidade básica do seu povo, as suas tradições, o peso da sua história, e sempre para salvaguarda dos interesses próprios, não para alienar a sua vontade e os seus projectos na vontade e nos projectos de outros. Uma coisa é o condicionalismo da geografia e do poder mundial, a hierarquia do poder das potências, a violência estrutural da situação estratégica, a pressão das variáveis exógenas, e outra a resposta que pode incluir ou não incluir o objectivo da salvaguarda da identidade e da viabilidade, com a independência que caracteriza cada época. A resposta negativa não resolve o problema, suprime-o, lançando uma vasta área cultural na situação de alienada pelo desaparecimento gradual da sua matriz.

Nada garante que essa não possa ser uma imposição de factos exteriores, como aconteceu a outros países submetidos na própria Europa a soberanias dominantes, e no passado repetidamente foi o preço da constituição de impérios, sendo infelizmente fácil imaginar possíveis cenários europeus que fariam em nossos dias uma demonstração esmagadora dessa possibilidade. Outra coisa é assumir a desistência, e nesse caso melhor seria poupar então o esforço de avaliar capacidades existentes, sondar a validade de opções que fiquem na linha da história vivida, imaginar a reorganização do espaço cultural em termos de lhe salvar a integridade na moldura da pluralidade de soberanias. No caso de a submissão ao normativismo dos factos, como lhe chamou em tempos Mac Millan, impor essa alienação, os que aderiram e não renunciam à identidade portuguesa, viável e independente, poderiam ser também vencidos pela enormidade dos factores exógenos, porque não estaria ao alcance do nosso poder evitar as consequências que outras nacionalidades, e outros patriotismos, tiveram de sofrer irremediavelmente. Mas não poderiam aceitar isso com resignação, e sobretudo não podem aceitar a hipótese de o mesmo resultado ser obtido por determinação interior, por quebra da vontade nacional, por erosão da identidade nascida no apodrecimento do corpo social.

O pressuposto desta atitude é que o afundamento político da estrutura política multicontinental não significa o desaparecimento da área cultural onde se implantaram soberanias independentes.

Do que se trata então é de procurar um reordenamento internacional dessa área, dando forma expressa a um direito que muitos Estados andam a

praticar sem o dizer, que é o da auto-determinação das áreas culturais.

O facto de a França ter perdido o seu império colonial, com grande sacrifício militar na Ásia e no norte de África, não a impediu de, ao mesmo tempo, ser um dos motores do europeísmo político, e a matriz de uma área francófona onde já se atreve a responder a solicitações de intervenção. A circunstância de a Inglaterra ter sido compelida pelo normativismo dos factos a fazer contrário daquilo que Churchill declarou ser a sua missão de preservar o Império, não a impede de pela pena do mesmo condutor político animar a definição de uma unidade de estudo histórico que são os povos de língua inglesa, nem de cultivar o desenvolvimento da por vezes incompreensível Comunidade Britânica, nem de subitamente fazer renascer internacionalmente o papel desta e da Rainha para tomar posição sobre o incidente da Invasão de Granada pelas forças norte-americanas. A Bélgica não desiste de ser matriz cultural das elites do Zaire, nem de procurar outros laços, económicos e financeiros, a partir dessa premissa política.

As grandes democracias ocidentais, que foram as construtoras dos grandes impérios coloniais consumidos na guerra, não praticam que o ideário que agora sustentam seja incompatível com uma política baseada na autodeterminação e identidade das áreas culturais que ganharam forma devido à sua passada acção, procurando novos caminhos de convívio, colaboração e solidariedade entre poderes formalmente iguais, ligados pelo facto de as suas sociedades acolherem padrões de conduta coincidentes, e de não poderem apagar a realidade de uma história passada comum, ainda que nela se incluam erros ao lado de acertos. Este pode ser um dos sentidos do conceito de Fernando Pessoa ao afirmar que a sua Pátria é a língua portuguesa.

A área cultural mais vasta do que o círculo de exercício de cada um dos poderes políticos independentes, com um direito à autodeterminação que implica o respeito pela sua unidade fundamental, pelos seus padrões básicos, pelos seus valores matriciais. E um esforço coordenado dos respectivos poderes no sentido de organizarem a gestão de um património, comum, de uma herança em que todos participam, e de preservar alicerces de um futuro participado.

Não se trata de uma inovação recente, destinada pragmaticamente a salvar restos de um património, designadamente rotulado de colonialista, ou de neocolonialismo de fracos mais temerosos das palavras do que da própria debilidade. A Espanha, que averbou no seu património o drama da geração de 70, não cuidou da mudança de regimes políticos para manter uma acção continuada no sentido de fazer valer internacionalmente a hispanidade, nem hesita em confiar ao Rei uma contribuição no sentido de levar à América Latina um conceito ibero-americano em que se apaga qualquer lembrança do lusotropicalismo, ainda festejado entre nós, não há muitos dias, ao redor de Gilberto Freyre.<sup>6</sup>

Não faltam também, no terceiro-mundismo que hoje dá tanto prestígio às idéias, tradições e experiências no sentido de afirmar a autodeterminação das áreas culturais, como acontece com o conceito da nação árabe, ou pan-arabismo, com a negritude que teve a má sorte de nascer ocidental, ou com o pan-africanismo ao qual aconteceu pior porque nasceu na América, ou com o pan-eslavismo que anda próximo da fronteira da cristandade europeia. Tudo isto, para quem lhe atribui algum valor, não é compatível com o descuido da identidade da matriz, no caso a nacionalidade portuguesa viável e independente. Dez anos pas-

sados sobre a revolução, é duvidoso que a escola, no mais vasto sentido, assegure a transmissão daquilo que conformou historicamente a maneira portuguesa de estar no mundo, a opção atlântica, a criação de comunidades novas, a transplantação de modelos de comportamentos individuais e colectivos, o alargamento das solidariedades e interdependências mundiais. É certo que de vez em quando se prodigalizam leituras de *Os Lusíadas*, mas freqüentemente dando a impressão de que o texto é o de *O Soldado Prático*. Como também não se inculca a meditação sobre os processos de mobilização do activo do património que temos, no mundo difícil em que as potências se hierarquizam pelo poder. Por isso mesmo uma circunstância em que é mais necessária a criatividade que dispensam facilmente os gestores da abundância.

4 — Parece evidente que a questão do poder, da hierarquia efectiva das potências, da tentativa do condomínio mundial pelos donos do fogo nuclear, e do projecto de império mundial que indiscutivelmente anima um dos concorrentes, é um facto que necessariamente entra na prudência governativa das escolhas, e esta não será a mesma para os que desejam manter a identidade e viabilidade independente, ou para os que consideram que existem valores mais altos, de natureza ideológica, a servir. Também não é de esperar que, para defesa da identidade e da viabilidade independente, as respostas sejam continuamente as mesmas ao longo da História, porque as conjunturas mudam com novos desafios alheios a qualquer experiência passada, e porque as perspectivas também variam conforme a formação dos governantes e seus apoios. Lembremos duas concepções diferentes de organizar essa defesa, referidas a épocas muito próximas uma da outra. A primeira será a que consta do depoimento do 2º Marquês de Fronteira (1655-1729) feito ao naturalista Merveilleux, e que a publicou nas suas *Mémoires* editadas em Amsterdão no ano de 1738.<sup>7</sup>

Admirado o cronista do desleixo em que encontrava a indústria dos teares da Covilhã, que diz que "não trabalham, deixando-os parados e inúteis, por mais vantajoso que isso fosse para o Reino", obteve do Ministro esta explicação: "Os estrangeiros que vêm em massa apresentar Memórias ao Rei para tornar este País fértil e aqui estabelecer manufacturas de toda a espécie, ignoram que as instituições que propõem não convêm de nenhuma maneira ao bem da nação nem à tranquilidade dos seus habitantes. Deus tornou-nos senhores do ouro, que encontramos sem dificuldades no Brasil, e quase sem cavar a terra. Se este ouro estivesse aqui em Portugal, teríamos todas as manufacturas que existem em França e Inglaterra, porque as nossas riquezas nos dariam possibilidades, como qualquer outra nação, de construir fortalezas e manter numerosas tropas para as guardar. Mas como o nosso ouro está no Brasil, a mais de 200 léguas, no interior, se nos tomarem uma das praças marítimas, põem-nos em situação de não podermos gozar os nossos tesouros. Nada disso teremos a temer enquanto os ingleses nos venderem os produtos das suas terras e das indústrias dos habitantes dos seus reinos. Serão capazes de nos proteger e verter a última gota do seu sangue para nos defenderem contra os inimigos que ousem atacar-nos. Sem nós os ingleses não saberiam viver, pois damos-lhes mais lucros que todas as outras nações. São os únicos que dão valor aos nossos vinhos e aos outros produtos de Portugal". E acrescenta: "Acusam-nos de não gostar dos estrangeiros, mas en-

ganam-se pensando assim. Como o nosso poder não é de temer, a minha opinião é que devemos fazer o possível por viver em paz com todo o mundo cristão e governarmo-nos de tal maneira, que, se uma parte das nações que o compõem, conspirarem para a nossa perda, a outra fique empenhada pelo seu próprio interesse em trabalhar para a nossa conservação. . . Só com Roma podemos sem risco ter alterações, porque não tem interesse em prejudicar-nos e dificilmente pode passar sem nós”.

Para além da ideia de comprar a paz com o subdesenvolvimento, à qual a crítica não pode já dar qualquer remédio, a percepção do pouco poder e a imaginação de a partir dele manter, ainda assim, a viabilidade independente, são variáveis que estão presentes na conjuntura que vivemos.

Bem diferentes são já os preceitos do Marquês de Pombal, quer ao responder às vinte e quatro queixas que o governo inglês faz ao de Portugal, quer no discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto do primeiro de novembro de 1755: “resultam tão grandes perigos ao nosso povo, que tira toda a sua subsistência primeira de outras nações, que por mais inconvenientes que resultar possam do oposto sistema, não há coisa que possa fazer dúvida de preferência”.<sup>8</sup> Estas palavras, por muitas e conhecidas razões da nossa circunstância de hoje, ganham actualidade porque é grave o terremoto que atingiu os nossos recursos e capacidades, e o rigor e a austeridade não podem ser dispensados, mas acompanhados de uma clara definição de objectivos, o principal dos quais é a viabilidade independente. É porém necessária uma atenção maior, do que no passado, à hierarquia real das potências, uma análise mais fria dos constrangimentos que resultam de um teatro de operações mundializado, uma ponderação realista do que nos cabe ainda representar numa definição de rivalidades das superpotências, cujo quadro dificilmente está ao nosso alcance modificar.

Também não parece avisado imaginar que as atitudes recíprocas dos Estados, incluindo e sobretudo as dos mais fortes em relação aos mais fracos, poderão ser definidas sem dar primazia descoberta aos seus interesses próprios, e que algum deles estará predisposto a concordâncias gratuitas decorrentes de solidariedades ideológicas, de comunhões em valores políticos abstractos, da participação em proclamadas ideias proletárias e internacionalistas. As ditaduras sul-americanas tiveram o seu lugar na Grande coligação democrática da última grande guerra porque prestavam um serviço necessário; a Alemanha Nazi e a URSS puderam assinar um pacto em 1939, com grande parte do preço à custa da Polónia, porque se prestaram um serviço mútuo, e a URSS foi depois admitida entre os aliados porque convinha às duas partes, não por causa dos princípios da Carta do Atlântico. A Alemanha vencida ainda foi o catalizador da primeira tentativa de organização de defesa da Europa com expressão no Tratado de Dunquerque de 4 de maio de 1947, para um ano depois, com o Tratado de Bruxelas de 17 de março de 1948, ver aberto o caminho da aliança militar com os antigos inimigos porque o catalizador já era a URSS, e a administração Truman não dispensava a mudança de critério. O período que decorre até 1954, data dos acordos que integram na defesa europeia e ocidental, incluíram esforços apaziguadores de receios do passado, de memórias da guerra, e dos orgulhos nacionalistas.

De tudo resulta a necessidade constante de identificar os interesses próprios, avaliar o poder disponível, averiguar o serviço que pode ser oferecido como contrapartida das solidariedades que não sejam dispensáveis, em função dos parceiros cujas conveniências melhor se ajustem com as nossas. Ora, o processo da nossa debilidade é um incidente do processo da debilitação europeia e ocidental, e fere-nos mais porque é nosso, mas apenas varia em grau no contexto geral. Parece que toda a evolução dos esquemas destinados a organizar esse espaço europeu ocidental, militar, política e economicamente, mostra estas constantes: *a definição do espaço envolvido, a identificação do catalizador, e a selecção de um ponto exterior de apoio em vista da debilidade regional europeia*. Os últimos anos deixaram ver de quando em vez assomos no sentido de dispensar o apoio exterior, construindo uma autonomia de decisão europeia nesse domínio, sobretudo porque a solidariedade incondicional não encontra muitos devotos e praticantes, mas os factos obrigam a que tudo esteja em anteprojecto, sem estudos críveis de viabilidade. O esquema que permanece é portanto o indicado, e não é fácil que encontremos uma criatividade local mais frutuosa, ou pelo menos não se tem manifestado.

Começemos, portanto, pela definição do espaço que se organizou em vista, antes de mais, dos receios de uma agressão, primeiro alemã, e depois soviética, com um ensaio na falhada Comunidade Europeia de Defesa, e com débil expressão final na União Europeia Ocidental. Não interessa recordar as razões pelas quais a União tem um significado reduzido, que pode aumentar se as relações com os EUA se modificarem, mas não pode deixar de notar-se a evidência de que Portugal não foi considerado em nenhum momento para integrar esse espaço. A distinção histórica entre a Europa continental e a Europa da frente marítima, parece que continuou a desempenhar aqui um papel. O mesmo se verificou durante o desenrolar das fases da descolonização europeia, em que primeiro as grandes democracias retiraram as soberanias deixando ficar os poderes económico, financeiro, técnico e cultural em toda a medida possível, e Portugal, que não tinha estes últimos em relação ao constrangimento sistémico mundial, invocava um serviço de defesa dos interesses ocidentais, com a falta de esclarecimento permanente sobre se esses ocidentais sabiam isso, concordavam com isso, ou queriam isso.

A organização económica do espaço europeu, também ela começou por ser determinada por necessidade de defesa. A declaração de Robert Schumann, de 9 de maio de 1950, sobre a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, tinha em vista permitir a recuperação económica da Alemanha que fizesse dela um aliado válido, sem lhe consentir a reconstituição de um poderio industrial e militar que acordasse os antigos receios. As posteriores comunidades europeias, isto é, a Comunidade da Energia Atómica (Euratom) e finalmente a Comunidade Económica Europeia (CEE), não perderam esta preocupação originária, e Portugal não entrou na definição do espaço que nunca dispensou a chamada *estaca americana*.

Não parece excessivo admitir, portanto, que o europeísmo abrangente do nosso espaço nacional não nasceu nas preocupações da Europa continental, que persistentemente o ignora, sem agressividade e sem desgosto, antes com in-

diferença que apenas parece ter aberto brecha quando, por causa do problema da entrada da Inglaterra no Mercado Comum, começaram em 1970 as negociações com os países da EFTA, primeiro com a Áustria, a Suécia e a Suíça, e só depois com Portugal, Finlândia e Holanda. Era o problema do conjunto que estava em causa, e em causa estávamos por causa do conjunto e não de nós próprios.

O europeísmo português era então uma corrente nativa de opinião que equacionava o futuro tendo em conta a eventualidade do regresso às fronteiras originárias, e uma preocupação governamental em face da evolução possível da Associação do Comércio Livre (EFTA), mas não era uma vaga européia que viesse alastrando do centro para a periferia. O entusiasmo geral, aquilo que podemos chamar a unanimidade européia que acolheu as primeiras diligências portuguesas para entrar plenamente na Europa, depois de 1974, tem raízes na filosofia do Conselho da Europa, criado pelo Tratado de 5 de maio de 1949, que embora tenha como objectivo "manter o ideal da unidade da Europa, considerada como um todo", é necessariamente vaga nos seus limites geográficos e insegura na definição das qualificações dos Estados que devem ser admitidos na organização. A previsão da categoria de Estados Associados, que na origem parece ter sido destinada à Alemanha Federal e ao Sarre, alargou-se em intenções aos Domínios Britânicos e às Repúblicas Sul-Americanas, e defende mais a autodeterminação de uma área cultural e politicamente afim, do que a definição de solidariedades efectivas de interesses, no domínio económico e militar. O espírito do Conselho da Europa, sem dúvida politicamente importante nos domínios da formação da opinião, não tem coincidência com o estadismo das comunidades militares e económicas. Por isso não existe contradição real entre os entusiasmos europeus de 1974, e as dificuldades das negociações de 1983.

Pelo contrário, nenhuma das tentativas de organização do atlantismo, a partir da resolução Vandenberg de maio de 1948, aprovada pelo Senado em 11 de junho, e que colocou um ponto final oficial na tradicional política isolacionista americana, deixou de procurar incluir Portugal. Em 4 de abril de 1949 figurou entre os signatários fundadores da NATO, o que mostra bem que na definição das solidariedades de interesses não são os regimes que contam, e que a nossa vocação atlântica e a capacidade de retribuir a solidariedade com serviço não precisa de ser demonstrada nem discutida. Utilizando o esquema antes referido, e que parece a moldura da evolução européia, o espaço que nos pertence é antes de mais o que depende da nossa soberania, mas também o caminho aberto para a redefinição de um convívio novo com toda a área cultural de matriz portuguesa, sem esquecer nunca o Brasil. O único poder que aparentemente está ainda nas nossas mãos, em relação com o sistema de competição mundial, é o que temos chamado *poder funcional*, que tem expressão principal na posição geográfica das Regiões Autónomas, e que interessando ao sistema geral actual da defesa ocidental, é atlântico pela geografia, pelos interesses económicos dos territórios, pela longa mão das migrações tradicionais.

A admissão feita pela NATO, depois de tantos anos em que a evidência não conseguiu ser vista, de que existem questões *fora da zona* do Tratado que envolvem o interesse de todos os aliados, revaloriza esse poder funcional e revigora a vocação atlântica. Por isso, se o iberismo político apenas poderia ser uma so-

lução de alienação da identidade nacional, que os governos até hoje repudiam com firmeza que deve merecer o apoio geral, para que as necessárias boas relações assentem no respeito e no proveito mútuos, coerentemente o europeísmo político português não pode, na mesma linha, aceitar um diálogo ibero-europeu, como não o aceitou com a EFTA, como não o aceitou nem pode vir a aceitá-lo com a NATO.

Não se trata de proximidades geográficas, cada vez de resto menos determinantes na definição das solidariedades, trata-se de Estados em busca de uma definição de fronteiras militares, económicas e políticas onde cada interesse apenas tem a alternativa de escolher entre ter voz própria ou funcionar como satélite. Também, porque o europeísmo em causa é nosso, e conjuntural, não sendo apodítico que as comunidades europeias se mantenham ou que se mantenham com a definição actual, ou que o vector da defesa que as inspirou não mude de formulação mais rapidamente do que podemos pensar, parece de meditar sobre que o mais duradouro é o poder funcional que temos e que é atlântico; que o ponto de apoio exterior, que a Europa não dispensou até hoje, continua para nós a ser atlântico seja qual for a evolução das comunidades e o destino das relações entre os EUA e a Europa; que o nosso legítimo espaço, para além da definição da soberania, é atlântico; que a solidariedade atlântica não deve ser diminuída pela procurada solidariedade da Europa; que a solidariedade com a Europa da frente marítima precede qualquer solidariedade com a Europa continental; que a nossa responsabilidade de matriz de uma área cultural é atlântica; e que os nossos interesses devem procurar nessa direcção uma alternativa que não exclui o europeísmo complementar, mas que não dê à Europa dos ricos a convicção de que estaremos condenados a permanecer à porta, lamuriando com resignação os versos tristes de Guerra Junqueiro sobre os pobrezinhos. Se algum dia estes substituíssem o Hino Nacional, também seria altura de lavar o epitáfio da Nação portuguesa, deixando o campo livre às soluções que passam pela dispensa da viabilidade independente.

É por isso que, reconhecendo que a conjuntura Europeia submete todos os Estados Ocidentais aos mesmos riscos e ameaças e carências, é uma pretensão legítima portuguesa ter a contrapartida das seguranças colectivas que as organizações comunitárias europeias pretenderam construir, porque não é aceitável participar nos riscos que não ajudamos a criar, e suporem os agentes desse processo de debilitação europeia que corresponde a uma benevolência sua alargar o número dos seus membros. Se o nosso poder efectivo é pequeno, a dignidade não se mede pelo mesmo padrão.

#### NOTAS DE REFERÊNCIA :

- 1 Até 1973, o debate está resumido e criticado em Adriano Moreira, *A Europa em formação*, Lisboa, 1974 (1ª edição), S. Paulo, 1976 (2ª edição).
- 2 *Mémoires*, Paris, 1983.
- 3 A. Moreira, *A comunidade internacional em mudança*, Lisboa, 1983.
- 4 António Truylol y Serra, *La sociedad internacional*, Madrid, 1983.

- 5 G. Arbatov, *Lute Idéologique et relations internationales*, Moscou, 1974;  
V. Kouznetsov, *La détente a-t elle un avenir?*, Moscou, 1983.
- 6 Gilberto Freyre, *Insurgências e Ressurgências actuais*, 1981.
- 7 In Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, 1961
- 8 In *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*, Lisboa, 1861